

**Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2017**

Índice

Relatório de actividades	4
Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017	
• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017.....	6
• Demonstração dos Resultados Individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais do exercício findo a 31 de Dezembro de 2017.....	8
• Anexo:	
1. Identificação da Identidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
4. Fluxos de Caixa.....	13
5. Activos fixos tangíveis	13
6. Estado e Outros entes públicos	13
7. Caixa e depósitos bancários.....	14
8. Outras variações nos fundos patrimoniais.....	14
9. Financiamentos obtidos.....	14
10. Vendas e Serviços Prestados.....	15
11. Subsídios, doações e legados à exploração	15
12. Fornecimentos e serviços externos	15
13. Gastos com pessoal	16
14. Outros Gastos e Perdas.....	16
15. Outros rendimentos e ganhos	16
16. Compromissos	17
17. Eventos subsequentes	17
18. Informações exigidas por diplomas legais	17

Relatório
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Documento elaborado em separado)

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Obra Kolping Portugal
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.17</u>	<u>31.Dez.16</u>
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	931.560	958.177
Total dos Activos Não Correntes		931.560	958.177
Créditos a receber		1.550	96.645
Estado e outros entes públicos	6	284	280
Outros activos correntes		25.361	1.780
Caixa e depósitos bancários	4	47.141	35.375
Total dos Activos Correntes		74.335	134.080
		1.005.895	1.092.257
Fundos Patrimoniais			
Fundos		53.464	53.464
Resultados transitados		691.237	705.081
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	9	11.281	14.999
Resultado líquido do exercício		1.848	355
Total dos Capitais Próprios		757.830	773.899
Passivo			
Financiamentos obtidos	10	106.430	113.114
Total dos Passivos Não Correntes		106.430	113.114
Fornecedores		6.533	5.210
Estado e outros entes públicos	6	5.849	5.120
Financiamentos obtidos	10	107.845	179.093
Outras passivos correntes		21.409	15.821
Total dos Passivos Correntes		141.636	205.244
Total do Passivo		248.066	318.358
		1.005.895	1.092.257

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lamego, 12 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

A Direcção

Obra Kolping Portugal

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.17</u>	<u>31.Dez.16</u>
Prestação de serviços	11	90.835	86.482
Subsídios à exploração	12	220.086	129.535
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(23.443)	(22.380)
Fornecimentos e serviços externos	13	(103.682)	(59.816)
Gastos com o pessoal	14	(103.228)	(90.319)
Outros rendimentos	16	9.035	8.922
Outros gastos	15	(46.109)	(22.771)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.494	29.652
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(27.253)	(11.375)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.241	18.277
Juros e rendimentos similares obtidos			9
Juros e gastos similares suportados		(14.393)	(17.930)
Resultado antes de impostos		1.848	355
Resultado líquido do período		1.848	355

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lamego, 12 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

A Direcção

Obra Kolping Portugal

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		97.066	106.013
Pagamentos de Apoios		(25.329)	(17.350)
Pagamentos de Bolsas		(11.745)	-
Pagamentos a fornecedores		(129.016)	(79.273)
Pagamentos ao pessoal		(101.496)	(90.379)
Caixa gerada pelas operações		(170.520)	(80.989)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		180.798	115.600
		10.278	34.610
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(636)	-
		(636)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		94.700	3.750
		94.700	3.750
		94.064	3.750
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)			
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	8.243
		-	8.243
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(78.184)	(6.687)
Juros e gastos similares		(14.393)	(17.881)
		(92.577)	(24.568)
		(92.577)	(16.325)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.765	22.035
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.375	13.339
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	47.141	35.375

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Lamego, 12 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

A Direcção

Obra Kolping Portugal

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Identidade

A Obra Kolping Portugal, pessoa colectiva número 501933310, é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatuto reconhecido e publicado no diário da republica n.º 221 de 25-09-1991, tem sede na Quinta da Cruz Alta, Concelho de Lamego, Distrito de Viseu.

Fundada em 1987, a Obra Kolping é uma associação de Cristãos, inspirada na vida e obra do Padre Adolfo Kolping, na Doutrina Social da Igreja e nas orientações da Obra Kolping Internacional. Tem como obectivos apoiar a população, promovendo a sua integração social e comunitária.

É uma entidade formadora acreditada pela DGERT com n.º 783.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1) Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2) Indicação e justificação das disposições do SNC que em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do ano anterior.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior, com excepção das vidas úteis dos activos fixos tangíveis que foram revistas. O efeito da alteração destas estimativas foi reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

2.4) Adopção pela primeira vez das NCRF-ESNL

A Kolping adoptou pela primeira vez a NCRF-ESNL na preparação do balanço de abertura (demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2011).

As quantias referentes ao período anterior foram reexpressas face aquelas que se encontravam preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico (POCIPSS).

A adopção do novo normativo resultou na reexpressão do período anterior para efeitos comparativos, os ajustamentos de transição foram registados em resultados transitados.

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	31-Dez-11	1-Jan-11
Fundos patrimoniais POCIPSS	911.991	929.768
1. Despesas de instalação e constituição	(2.045)	(2.045)
2. Subsídios Relacionados com activos	3.350	3.900
Fundos patrimoniais NCRF-ESNL	<u>913.296</u>	<u>931.623</u>
Reconciliação do Resultado		
Resultado Líquido POCIPSS	(17.777)	
Resultado Líquido NCRF-ESNL	<u>(17.777)</u>	

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Kolping na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. [Bases de apresentação](#)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

3.2. [Políticas de mensuração e reconhecimento](#)

3.2.1. [Activos fixos tangíveis](#)

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 100
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	2 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em *quotas anuais* durante as vidas úteis estimadas.

3.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respectiva diferença.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.3. Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiávelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.4. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.5. [Provisões](#)

À data de relato financeiro dos períodos, a entidade não apresentava quaisquer obrigações presentes legais ou construtivas resultantes de acontecimentos passados, para as quais devesse reconhecer provisões nas suas demonstrações financeiras ou divulgadas neste anexo.

3.2.6. [Impostos sobre Rendimento](#)

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros.

3.2.7. [Financiamentos obtidos](#)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.8. [Associados](#)

As dívidas dos associados são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.2.9. [Periodizações](#)

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" e em "Diferimentos"

3.2.10. [Caixa e equivalentes de caixa](#)

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.3. [Principais estimativas e suas fontes de incerteza](#)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos activos fixos tangíveis (vidas úteis e método de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.

4. Fluxos de Caixa

Desagregação dos valores inscritos na rubrica caixa e depósitos bancários

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Caixa	4.042	2.854
Depósitos à ordem	43.099	32.521
	<u>47.141</u>	<u>35.375</u>

5. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
	<u>Saldo em</u> <u>01-Jan-17</u>	<u>Aquisições</u> <u>/ Dotações</u>	<u>Abates</u>	<u>Transferências</u>	<u>Revalorizações</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-Dez-17</u>
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	40.328	-	-	-	-	40.328
Edifícios e outras construções	2.176.753	-	-	-	-	2.176.753
Equipamento básico	185.679	-	-	-	-	185.679
Equipamento de transporte	61.751	-	-	-	-	61.751
Equipamento administrativo	213.523	636	-	-	-	214.159
Outros activos fixos tangíveis	3.381	-	-	-	-	3.381
Investimentos em curso	47.291	-	-	-	-	47.291
	<u>2.728.707</u>	<u>636</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.729.343</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.341.173	26.759	-	-	-	1.367.932
Equipamento básico	153.140	494	-	-	-	153.634
Equipamento de transporte	61.751	-	-	-	-	61.751
Equipamento administrativo	213.134	-	-	-	-	213.134
Outros activos fixos tangíveis	1.332	-	-	-	-	1.332
	<u>1.770.529</u>	<u>27.253</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.797.783</u>
Activo tangível líquido	<u>958.178</u>					<u>931.560</u>

6. Estado e Outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Activo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	284	280
	<u>284</u>	<u>280</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	280	1.050
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1.942	485
Segurança Social	3.626	3.585
	<u>5.849</u>	<u>5.120</u>

7. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Caixa	4.042	2.854
Depósitos à ordem	43.099	32.521
	<u>47.141</u>	<u>35.375</u>

8. Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subsídios relacionados com activos	12.219	15.967
	<u>12.219</u>	<u>15.967</u>

9. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	106.430	-	113.114	-
Empréstimos bancários curto prazo (ii)	-	107.593	-	179.093
	<u>106.430</u>	<u>107.593</u>	<u>113.114</u>	<u>179.093</u>

Em 31 de Dezembro de 2017

(i) Empréstimo bancário contraído junto da CCAM e do SOZIAL-UND ENTWICKLUNGSHILFE;

(ii) Contrato de empréstimo em conta corrente.

Empréstimos, condições:

- Empréstimo bancário contraído junto da CCAM, em 2015, com garantia hipotecária e limite de crédito de 200 mil euros, dos quais foram utilizados 100 mil euros (76.430,00 em dívida à data do Balanço) e com prazo de reembolso de 12 anos (2025), prestações trimestrais de capital e juros;
- Empréstimo contraído junto do SOZIAL-UND ENTWICKLUNGSHILFE, com capital em dívida à data do balanço de 30.000 euros, com reembolso acordado em 20 prestações semestrais e carência de capital;
- Empréstimo apoio tesouraria, crédito em conta corrente, contraído junto do Novo Banco, com limite de 100.000 euros, com garantia hipotecária e renovação anual;
- Empréstimo apoio tesouraria, crédito em conta corrente, contraído junto da CCAM, com limite de 100.000 euros, com garantia hipotecária e renovação anual;

10. Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes das seguintes prestações de serviços:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Mensalidades e Quotas	20.279		20.279	20.926		20.926
Serviços Secundários	48.546		48.546	41.254	0	41.254
Aluguer de Instalações		21.949	21.949	0	24.301	24.301
	68.826	21.949	90.775	62.180	24.301	86.481

11. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes apoios:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Instituto Segurança Social IP	63.747	63.008
Projecto Padrinhos de Mainz	17.228	19.028
POISE	87.394	-
Outros subsídios e donativos	51.716	47.499
	220.085	129.535

12. Fornecimentos e serviços externos

Apresentamos de seguida o detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos mais relevantes incorridos durante os anos de 2017 e 2016.

	31-Dez-17	31-Dez-16
Serviços especializados	43.830	15.070
Materiais	1.823	1.443
Energia e fluídos	34.170	28.548
Deslocações, estadas e transportes	6.231	770
Serviços diversos, dos quais:	17.628	13.986
Rendas e alugueres	1.722	1.669
Comunicação	4.132	4.676
Seguros	8.192	4.945
	103.682	59.816

13. Gastos com pessoal

Apresentamos de seguida o detalhe dos Gastos com Pessoal mais relevantes incorridos durante o ano de 2017 e 2016.

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais		-
Remunerações do pessoal	82.877	70.675
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações		3.000
Encargos sobre remunerações	18.271	13.934
Seguros	1.636	2.268
Outros gastos com pessoal	443	443
	<u>103.228</u>	<u>90.319</u>

O número médio de trabalhadores ao longo do ano foi:

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

14. Outros Gastos e Perdas

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Quotizações	1.391	628
Apoios Financeiros Concedidos	37.034	17.350
Outros gastos e perdas	7.684	4.614
	<u>46.109</u>	<u>22.592</u>

15. Outros rendimentos e ganhos

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Imputação de Subsídios	3.748	4.007
Outros	5.287	4.380
Ganhos em instrumentos financeiros (i)	0	535
	<u>9.035</u>	<u>8.922</u>

16. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Direcção da Kolping não conhece a existência de outros compromissos para lá dos expressos nas presentes demonstrações financeiras.

O financiamento das despesas suportadas com a formação profissional obtido junto do Poph e do Iefp, pode nos termos legais, ser objecto de posteriores verificações, a efectuar pelos órgãos nacionais e comunitários competentes.

17. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

18. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado e Segurança Social em situação de mora, tendo cumprido as suas obrigações dentro dos prazos legalmente estipulados.

Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos nossos utentes, porque a eles se deve muito do desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser da nossa Instituição.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Obra Kolping.